

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS INFORME BRASIL N° 057

Período: de 01/11/02 a 08/11/02

Franca – Brasil

- 1- Escolhidos caças para a Força Aérea Brasileira (FAB)
- 2- Marinha nega prisão de tripulantes em fragata, mas admite extravio de R\$ 200 mil
- 3- Exército explora brita em área licenciada para empresa privada em Minas Gerais
- 4- Artigo analisa os desafios do novo presidente na área da Defesa Nacional
- 5- Comissão de Constituição e Justiça aprova serviço militar voluntário
- 6- Brasileiros confiam no Exército
- 7- Força Aérea Brasileira (FAB) reunirá 2 mil homens em treinamento de guerra
- 8 - Força Aérea Brasileira (FAB) usará caças de Israel até substituição de Mirages

Escolhidos caças para a Força Aérea Brasileira (FAB)

O Partido dos Trabalhadores (PT) abriu mão de participar da escolha dos vencedores de duas concorrências da Força Aérea Brasileira (FAB): do Programa P-X, para a escolha da empresa encarregada da modernização de oito dos 12 aviões P-3A Orion, comprados da Marinha dos Estados Unidos, e do Programa CL-X, para selecionar o substituto de oito velhos C-115 Buffalo, adquiridos no final da década de 1960 e usados na Amazônia. O argumento do partido é que o importante é participar do processo de seleção dos caças supersônicos (Programa F-X), que envolve diretamente empresas nacionais. Por isso, o presidente eleito deverá dar preferência ao consórcio francês Dassault, que promete construir os caças em parceria com a Embraer. O atual governo não teme o rompimento dos contratos durante a administração do presidente eleito Luís Ignácio Lula da Silva. Segundo o ministro da Defesa, Geraldo Quintão, o presidente Fernando Henrique Cardoso tomará as decisões até o final de seu governo. O Conselho de Defesa Nacional declarou o europeu-espanhol FADS-Casa vencedor dos dois programas. A empresa já era considerada favorita desde o lançamento das concorrências. Para substituir os velhos Buffalo, a FAB irá comprar 12 Casa C-295, um aparelho de operação econômica moderno e barato, ao preço de US\$ 270 milhões. Também participaram do processo as empresas Lockheed-Martin/Alenia, ítalo-americana, e Rossoboronoexport-Antonov, russo-ucraniana. Lockheed-Martin e Galileo Avionica (italiana) disputaram com a EADS-Casa o contrato de modernização dos aviões-patrolha. O consórcio euro-espanhol ganhou ao preço de US\$ 326 milhões. Mas nem tudo saiu como previsto. A FAB pretendia modernizar oito dos 12 Orion adquiridos no ano passado ao custo de US\$ 10 milhões. Em função do preço, irá reconstruir apenas sete. Os Orion adquiridos pela Força Aérea têm cerca de 25 anos de serviço na Marinha dos Estados Unidos como aviões antisubmarinos. Eles serão completamente reconstruídos na Espanha e receberão novos instrumentos de vôo e equipamentos de busca, incluindo radares com alcance de 300 quilômetros e sensores infravermelho e a laser. Depois de modernizados, poderão usar mísseis contra alvos de superfície semelhantes ao Exocet, empregado com sucesso na

Guerra das Malvinas em 1982. Como contrapartida, os espanhóis se comprometem a investir o valor dos dois contratos — US\$ 596 milhões — no Brasil. Haverá transferência de tecnologia para a Varig Engenharia e Manutenção (VEM), Fundação Atech e Rolls Royce do Brasil. (Correio Braziliense - Política-01/11/02; O Estado de S. Paulo – Nacional - 01/11/02; Folha de São Paulo – Brasil – 06/11/02)

Marinha nega prisão de tripulantes em fragata, mas admite extravio de R\$ 200 mil
O Ministério da Marinha negou, em nota, que a tripulação da fragata Niterói F-40, que está atracada na ilha de Mocanguê (baía de Guanabara), tenha ficado presa por quatro dias por causa do desaparecimento de R\$ 200 mil do cofre da embarcação. Na nota, o sumiço do dinheiro é classificado pelo Ministério de Marinha como "extravio". A quantia seria destinada "ao pagamento de militares", segundo o documento. Os parentes de marinheiros disseram que a tripulação teria ficado retida para que fosse descoberto o autor do suposto roubo do dinheiro. Segundo eles, a tripulação estaria impedida de deixar o navio, desde quinta-feira passada, por ordens superiores. De acordo com o Ministério Público Militar, obrigar os marinheiros a permanecer no barco por causa de uma suspeita caracterizaria a prática do crime abuso de autoridade, previsto no Código Penal Militar. A nota informa que, de 31 de outubro a 3 de novembro, a Marinha manteve a tripulação a bordo baseada em "critérios de conveniência e de oportunidade para o desenvolvimento de suas atividades" e que "o licenciamento de pessoal é um ato discricionário do comando de uma unidade militar". Durante o período, ainda de acordo com a nota, a fragata estava designada como "navio de serviço", o que "impõe a permanência de significativa parcela da tripulação a bordo, visando a se fazer o mais rapidamente possível para cumprir eventuais missões de salvaguardar a vida humana no mar; buscar, localizar e apresar embarcações que infrinjam a legislação brasileira; além de apoiar o Sistema Nacional de Defesa Civil". Os militares, que estavam incomunicáveis, foram liberados no último dia 4. A nota informa que foi aberto um IPM (Inquérito Policial Militar) para investigar o "extravio" do dinheiro, cujo prazo de conclusão é de até 40 dias. (Folha de São Paulo – Cotidiano – 05/11/02; O Estado de São Paulo – Cidades – 05/11/02; Jornal do Brasil – Rio – 05/11/02; O Globo – Rio – 06/11/02)

Exército explora brita em área licenciada para empresa privada em Minas Gerais
A União foi condenada pela Justiça Federal a suspender a extração irregular, a utilização e a venda do basalto, pedra utilizada para fazer a brita, explorado no município de Araguari (MG), que era extraído pelos militares do 11º Batalhão de Engenharia do Exército. A ação na Justiça Federal foi movida pela empresa Araguari Pavimentações Ltda (Arpasa). Ela apresentou à Justiça alvarás que obteve junto ao Departamento Nacional de Minas e Energia (DNPM) para pesquisa de basalto no município, na mesma área ocupada pelo Exército. Em nota, o Centro de Comunicação Social do Exército (Ccomcex) informou que o Exército não foi comunicado sobre a decisão da Justiça. Caberá à Advocacia Geral da União, diz a nota, recorrer "de possível decisão judicial que dificulte a capacidade de adestramento da Unidade". O Centro informou que o 11º Batalhão tem explorado a área de basalto antes do interesse demonstrado "pela empresa

privada" e tem informado ao DNPM sobre a extração de substâncias minerais dentro da legislação. Apesar do Exército ter um contrato particular desde 1971 com os donos da fazenda, onde a Arpasa conseguiu a licença, a sentença da juíza Lana Lúcia Galati da 3ª Vara da Justiça Federal de Uberlândia, afirma que os contratos firmados entre essas partes são "irrelevantes ao deslinde da ação", por não alterar a propriedade dos bens explorados, que pertencem à União. A juíza concluiu que a lei não ampara a extração sem prévia autorização. Em 1995, a Arpasa e a Divisão de Mineração em Minas alertaram o Exército sobre a exploração irregular de brita em Araguari. (Jornal do Brasil – Brasil – 06/11/02)

Artigo analisa os desafios do novo presidente na área da Defesa Nacional

O jornal *Correio Braziliense* publicou na coluna *Opinião* um artigo do cientista político Eliézer Rizzo de Oliveira, analisando a criação do Ministério da Defesa como sendo uma ampla mudança no campo da defesa nacional da história republicana e também quais deverão ser as prioridades do novo presidente em relação à defesa nacional. O autor afirma que a criação do Ministério associa a otimização dos recursos, o prepara integrado das Forças Armadas e, principalmente a adequação da estrutura de defesa ao regime democrático. O novo ministério tem como missão a direção superior das Forças e sua criação implicou na extinção do Estado-Maior e na transformação de ministérios militares em comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, tendo o acesso ao presidente da república intermediado pelo ministro da Defesa. Quanto às ações do presidente eleito Luis Inácio Lula da Silva, Rizzo considera necessárias: 1) maior proximidade da temática militar e de defesa, ampliando a participação brasileira em forças de paz, configurando uma liderança conceitual na América do Sul no plano militar e consolidando a presença militar e estatal na Amazônia, por exemplo; 2) dar devida atenção aos interesses profissionais dos militares, à sua remuneração, aposentadoria, aperfeiçoamento com envolvimento das universidades na preparação dos recursos humanos militares, entre outras iniciativas; 3) ampliação da responsabilidade do Congresso Nacional pela defesa nacional ; 4) como não há ameaças clássicas ao Brasil no contexto sul-americano, só algumas ameaças efetivas, como a instabilidade nas fronteiras amazônicas, não é necessário a construção de uma estrutura regional de defesa ; 5) conceder o direito à liberdade de expressão, que a Constituição a todos garante, para que as Forças Armadas se pronunciem sobre a cessão do uso da base de Alcântara aos Estados Unidos e, 6) o esforço nacional pela superação da fome e da miséria deverá contar com as unidades militares. Por fim, Rizzo sugere que o ministro da Defesa seja um interlocutor com a sociedade civil para que esta, sabendo quais são as condições e as carências, possa decidir o perfil desejado das Forças Armadas e da defesa nacional brasileira. (Correio Braziliense – Opinião – 06/11/02)

Comissão de Constituição e Justiça aprova serviço militar voluntário

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou uma proposta de emenda constitucional (PEC) de autoria do deputado Luiz Antônio Fleury, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB-SP) que transforma em voluntário o serviço militar atualmente obrigatório para jovens do sexo masculino que completam 18

anos. A CCJ não analisou o mérito, mas a "admissibilidade" da matéria, ou seja, se o texto feria ou não alguma norma já vigente. O deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, do Partido dos Trabalhadores (PT-SP) foi o único a votar contra, seguindo a posição de seu partido que não vai encampar essa emenda por considerar necessária a profissionalização das Forças Armadas num momento posterior, já que hoje o serviço militar obrigatório representa garantia de sustento de milhares de famílias. O jornal *Folha de São Paulo* apurou que o Ministério da Defesa é contra a idéia. Após a CCJ, a proposta de emenda constitucional será analisada em comissão especial. (Folha de São Paulo – Brasil – 08/11/02; O Estado de São Paulo – Nacional – 08/11/02)

Brasileiros confiam em Exército

Em pesquisa realizada em 9 regiões metropolitanas, além de Goiânia e Brasília, com o total de 1.002 pessoas entrevistadas com o objetivo de conhecer em quem o povo brasileiro confia na defesa dos interesses da sociedade, descobriu-se que as Forças Armadas aparecem em 3º lugar, ficando atrás somente das igrejas e grupos religiosos e das Organizações Não Governamentais. Instituições tradicionais, como a polícia, o governo e o Congresso ocupam as últimas posições, junto com o Fundo Monetário Internacional. Os dados foram colhidos entre julho e agosto pela Indicator-GfK, Pesquisa de Mercado. (O Estado de São Paulo – Internacional – 08/11/02)

Força Aérea Brasileira reunirá 2 mil homens em treinamento de guerra

A Força Aérea Brasileira (FAB) está realizando desde domingo (dia 3), no centro-sul do País, a maior operação de treinamento dos últimos anos. Foram mobilizados 2 mil homens para um exercício de simulação de guerra, que vai até o dia 11. Segundo o comandante-geral do Ar, brigadeiro José Carlos Pereira, as manobras ocorrem na Serra do Mar, particularmente nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Desde 1991, a FAB não promovia um exercício desse porte. Participam 6 esquadrões de caça com aviões Mirage e F-5, 14 de transporte de tropas, 2 de reconhecimento, 1 de patrulha e 2 de artilharia antiaérea. As aeronaves foram espalhadas por sete bases aéreas dos três Estados do Sul, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal. (O Estado de São Paulo – Nacional – 08/11/02)

Força Aérea Brasileira (FAB) usará caças de Israel até substituição de Mirages

O caça supersônico israelense Kfir, na versão C10, mais avançada, será o equipamento de superioridade da Força Aérea Brasileira (FAB) durante dois anos, de 2005 até 2007, período de transição entre a desativação dos atuais MirageII\BR e a entrada em operação dos novos aviões de combate escolhidos por meio da concorrência FX\Br. Serão fornecidos pelo menos 12 jatos usados e modernizados, operados em regime de leasing por um valor não revelado. Em julho, o contrato era estimado oficiosamente em US\$ 80 milhões, acrescidos de mais US\$ 15 milhões referentes a componentes, peças de reposição, logística e treinamento. A FAB, que opera o tipo III\Br, não terá dificuldades extras de manutenção para incorporar temporariamente o C10. De acordo com nota do brigadeiro Carlos Almeida Baptista, comandante da aeronáutica, a opção do Alto

Comando da Aeronáutica é técnica, fundamentada "nas condições mais vantajosas" oferecidas pela Israel Aircraft Industries (IAI) . Outros dois participantes da licitação, o consórcio sueco-britânico BAeE-Gripen e a corporação americana Lockheed-Martin, ofereceram a cessão por aluguel dos seus caças Jas-39 e F-16. (O Estado de São Paulo – Nacional – 08/11/02)

Sites de Referência:

Correio Braziliense: www.correioweb.com.br

Folha de S.Paulo: www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil: www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo: www.estadao.com.br

O Globo: www.oglobo.com.br

Informe Brasil é uma produção do Grupo de Estudos da Defesa e Segurança (GEDES) do CELA (Centro de Estudos Latino-Americanos) da Universidade Estadual Paulista/Campus de Franca, redigido por Érica Cristina Winand, bolsista CNPq/Pibiq, Adele Godoy, bolsista PAE/Unesp e coordenado por Luciene Capellari. As notícias e seu conteúdo são de responsabilidade dos jornais e não correspondem necessariamente ao pensamento do grupo.